

**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

CAPOEIRA: NOTAS SOBRE POLÍTICAS CULTURAIS E ESPORTIVAS¹
CAPOEIRA: Notes About Cultural and Sports Policies
CAPOEIRA: Notas Sobre Políticas Culturales y Deportivas

Igor Márcio Corrêa Fernandes Cunha
Luiz Renato Vieira
Tânia Mara Vieira Sampaio

RESUMO

O objetivo é destacar a trajetória da capoeira relacionando-a à Educação Física, com intuito de exemplificar a busca por legitimação nos diversificados contextos esportivo e cultural. Por meio de uma metodologia analítica reflexiva, concluímos que as necessidades sociais e os interesses do Estado são negociados e transformados pelas necessidades do presente.

INTRODUÇÃO

A capoeira exemplifica, em seu histórico, uma busca incessante de luta por aceitação e inserção social. Ao longo do seu desenvolvimento a arte manteve uma relação com Estado perpassando diversas esferas como: proibição, tolerância, aceitação, institucionalização e enaltecimento. Ela foi repudiada como herança escrava, proibida por decretos, publicados entre 1821 e 1834 e inserida no código penal de 1890, chegando ao longo do século XIX ao *status* de brandamente tolerada (REIS, 2000). Com o crescente número de adeptos brancos e livres a capoeira é vista em festas e manifestações religiosas, alavancando ainda multidões para assistirem seus desafios em lutas de ringue contra lutadores de outras modalidades. No início do século XX, ela alça voos mais altos, renovando seu sentido social com a criação de escolas de ensino. No governo Vargas, impulsionada pelo nacionalismo, ela ganha conotação de arte mestiça e aproxima-se das instituições formais (ALMEIDA, 1994). Cresce ainda, a partir da década de 1940, a utilização da capoeira em exibições folclóricas em um contexto turístico, principalmente no estado da Bahia. A capoeira foi reinterpretada, em contextos específicos, nos diversos estados brasileiros, motivada pela busca infundável por legitimação.

¹ O presente estudo não contou com patrocinadores ou apoio de agências de fomento



E ao aproximar-se das instituições militares ela ganha forte conotação esportiva e maior elaboração metodológica.

A breve introdução tem apenas o objetivo de situar o leitor ao contexto histórico inicial da capoeira. Pontuaremos a seguir elementos marcantes em sua trajetória, com intuito de deixar exemplos do quão complexo é buscar espaço e legitimação relacionados ao esporte e a cultura em uma sociedade ainda coberta por elitismos e preconceitos. Ressaltaremos a complexidade de instaurar políticas públicas em contextos extremamente diversificados, como o caso da nossa arte luta. E faremos analogias ao universo da Educação Física, no qual apresenta também diversas vertentes em uma mesma área de conhecimento. Ainda nessa relação, há também uma indubitável reconfiguração histórica e social que, inevitavelmente, obriga modulações e equalizações habilidosas, entre as ações dos agentes sociais e os interesses do Estado. A Educação Física perpassou ideologias eugênicas, higienistas, militaristas, foi resumida a métodos ginásticos, ascendeu, em determinado período, por meio do esporte, adentrou ao universo educacional e formativo e busca atualmente um entendimento relacionado à integralidade do ser humano dentro do conceito amplo de bem estar e saúde. Veremos a seguir, por meio da capoeira, como as necessidades sociais e os interesses do Estado são habilidosamente negociados e transformados ao longo da história, culminando em reconfigurações constantes pela necessidade do presente.

ESPORTEXCULTURA– BIOLÓGICO X SOCIAL

Um dos pontos mais conhecidos no universo da capoeira, relacionado ao contexto esportivo, é sua vinculação ao pugilismo, realizada pelo Conselho Nacional de Desportos (CND) em 1972. Essa etapa pode ser entendida como um marco relacionado ao seu processo de organização, espécie de continuidade às iniciativas pioneiras de desportivização. Vista como uma tentativa de unificar a capoeira e eliminar distinções entre as vertentes primárias, Angola e Regional², a capoeira era estimulada por esse núcleo a abandonar ritos que não se

²A capoeira se polarizou em dois planos de ação bem distintos em busca de aceitação, pós-período de proibição pelo código penal. Mestre pastinha defendia um plano que prezava pelo apelo cultural, poético, envolvendo a ancestralidade africana e o respeito as tradições e influências africanas no Brasil, sua formatação de capoeira, com características gestuais próprias, fora denominada de capoeira Angola. Mestre Bimba rompeu com a terminologia



adequassem à prática desportiva. Esse momento, entre as décadas de 60 e 70, merece destaque, pois surge a partir daí o início do formato do que é denominado, entre outras formas, de “capoeira contemporânea” (IPHAN, 2007).

Contraditoriamente à expansão da capoeira, os “velhos mestres”, principalmente na Bahia, viviam em sérias dificuldades e em situações extremamente precárias. Por outro lado, tivemos também nesse período um grande crescimento no número de instituições de ensino da capoeira (grupos)³, fato que contribuiu muito para a expansão do ensino da capoeira em escolas e universidades, clubes e academias. Nesse cenário contraditório, a capoeira sofre então uma expansão nacional e uma definitiva inserção social. E assim acaba por receber uma conotação voltada para a cultura e para a educação (IPHAN, 2007).

As transformações sofridas no processo de ensino da capoeira iniciaram sua aproximação com o ambiente escolar, favorecendo seu reconhecimento e ampliando suas perspectivas com vistas a que ela se firme como ferramenta pedagógica no processo educativo.

Na década de 80, o cenário capoeirístico apresenta grandes mudanças e começam alguns processos bem marcantes. Além da revalorização das tradições e dos “velhos mestres”, discussões e críticas sobre a desportivização que aconteceram na Educação Física foram associadas também a capoeira, juntamente com uma reafricanização. O resgate da capoeira Angola surge também dentro dessa mesma dinâmica de busca das raízes, e a capoeira torna-se motivo de pesquisas acadêmicas, realizadas não só no Brasil, mas também no exterior sob um forte viés social.

capoeira, cercada de preconceitos, buscou a institucionalização, metodizou a capoeira e criou regras e normas para sua prática e ensino. Demonstrou sua capacidade de luta e fez múltiplos desafios enaltecendo sua capacidade também como defesa pessoal. Denominou sua configuração como Luta Regional Baiana, mais tarde chamada de capoeira Regional.

³ A capoeira não possui uma federação única e exclusiva que abarque todas as representações, inexistindo, com isso, uma padronização. Dessa maneira, os grupos são entidades com sistemas de graduação próprios, assim como suas fundamentações, ritualísticas, normatizações, símbolos, aspectos gestuais e comportamentais. Os grandes grupos possuem sedes e filiais espalhadas pelos grandes centros urbanos no Brasil e exterior

No Brasil, a partir da década de 1980, a capoeira vem sendo utilizada como objeto de pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento. Ademais, essa manifestação cultural já se encontra presente, na condição de componente curricular, em cerca de 20 universidades brasileiras (FALCÃO, 2012, p.44).

Outro acontecimento relevante nesse período é a publicação do trabalho de Carlos Sena (1980) denominado “Capoeira: arte marcial brasileira”. O autor reforça o entendimento desportivo da capoeira, e traz regulamentos de competições, súmulas, formas de exame, além de enaltecer os valores educacionais da arte e reconhecer a capoeira como uma forma incomparável de Educação Física (CAMPOS, 2001).

A capoeira aproxima-se da Educação Física⁴ e ganha espaço e enquadramento mais formal, adentrando os programas acadêmicos de três formas: como método de ginástica tradicional; como conteúdo de atividade escolar; e ainda como disciplina de caráter optativo. Essa forma de ascensão da capoeira aproximou-a do conhecimento formal, mas limitou o acesso daqueles que não possuíam qualificação escolar para se inserirem nesse contexto. A capoeira compreendida como forma de educação física recebe algumas críticas devido à restrições, ilustrada na citação de Mestre Xaréu⁵, mestre de capoeira e também professor de Educação Física:

É importante frisar que o ensino/aprendizagem da capoeira não deve ser voltado apenas para o aspecto técnico de aprender determinada forma de luta e de esporte. O ensino de golpes, contragolpes, esquivas e sequências deverá ser acompanhado de transmissão de todos os elementos que envolvem a sua cultura, história, origem e evolução, ao tempo em que se estimula a pesquisa,

⁴ Para aprofundar mais a relação entre a Capoeira e a Educação Física, verificar a dissertação de Paula Cristina da Costa Silva (Paulete), denominada: Capoeira, Educação Física, Tradição e Globalização. Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Unicamp – 2002.

⁵ Hélio Campos (Mestre Xaréu) é professor de Educação Física, foi aluno de Mestre Bimba, e formou-se mestre em 1967. Responsável por relevantes publicações relacionando a capoeira à escola e à universidade desenvolve pesquisas também na área da Capoeira e aptidão Física.



debate e discussão em seminários, para que o educando tenha participação efetiva no contexto da capoeira como um todo (CAMPOS, 2001, p. 87).

O debate em torno da capoeira compartimentalizada e limitada a um entendimento exclusivamente desportivo ganha corpo, e muitos mestres buscam abarcar as complexidades culturais, ritualísticas e históricas e divulgar a capoeira como um elemento cultural brasileiro. Discussão pertinente e acontecendo em moldes similares nos Congressos de Educação Física.

Nos estudos de Luiz Renato Vieira (2002) denominado “Capoeira e a cultura internacional-popular”, e no trabalho “Os desafios contemporâneos da capoeira” (VIEIRA, ASSUNÇÃO, 2009). Eles nos mostram que a expansão internacional nesse período acontece de maneira estratégica e organizada. A capoeira ganha o mundo de forma significativa, e não como modalidade esportiva, mas como perspectiva cultural (VIEIRA. L, 2002).

Estrategicamente, a capoeira passou por diversas transformações em pouco mais de meio século: paradoxalmente, saiu de crime à arte internacionalizada. Sua plasticidade e sua trajetória, representada pela resistência contra um regime escravocrata, fez da capoeira uma síntese da expressão de diversas etnias africanas aliadas à cultura brasileira em busca de aceitação. A arte afrobrasileira conquistou os cinco continentes, e sua absorção por outras culturas internacionais chamou a atenção de alguns segmentos governamentais (OLIVEIRA; LEAL, 2009).

Essa movimentação fez com que muitos grupos se aproximassem das embaixadas e de extensões do Ministério das Relações Exteriores, recebendo apoios pontuais, mas longe de algo substancial e sistematizado. Na mesma década, outra intervenção do Estado merece destaque, mas dessa vez gerando grande polêmica no universo da capoeira. Em 1998, é editada a Lei nº 9.696, que instituiu a exigência do diploma universitário de Educação Física para todos os profissionais dedicados ao ensino de atividades físicas, inclusive práticas como ioga, artes marciais, dança e capoeira⁶.

⁶ Para saber mais sobre esse momento, e as tensões entre CREF/CONFED e a capoeira, verificar a dissertação: Capoeira, trabalho e educação. COSTA, Neuber Leite. Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física – UFBA (2007).



Conforme observado por Vassallo (2008), a questão produziu grande desconforto em uma representativa parcela da capoeira. Além de estar obrigados a oficializar o registro no Conselho Federal de Educação Física, Vassallo destacou também outro ponto de atrito: os mestres da capoeira veem esta iniciativa como uma “desvalorização do título de mestre e de toda uma tradição de transmissão do conhecimento”, que poderia conduzir à própria extinção desta atividade (VASSALLO 2008).

A iniciativa encontra eco em uma parcela da capoeira advinda de uma configuração que se iniciou na década de 70, construída como uma capoeira federada. O objetivo da Federação era normatizar, uniformizar e universalizar a atividade, criando ligas municipais e regionais, vinculadas à federação estadual. O movimento avolumou-se ao ponto da criação da Federação Internacional de Capoeira (FICA), que abarcou as federações estaduais, promovendo competições, formação de técnicos, treinadores, docentes e árbitros especializados.

Porém a lei e o determinado enquadramento da capoeira encontrou forte represália em capoeiristas que não compactuavam com esta maneira de pensar a capoeira, inclusive um grande expoente de praticantes da capoeira Angola.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Relacionado às políticas públicas, utilizaremos a percepção de Maria Paula Dallari Bucci (2006), evocada nos estudos de Luiz Renato Vieira (2012), que vê política pública como:

Programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados (BUCCI, 2006, p.39).



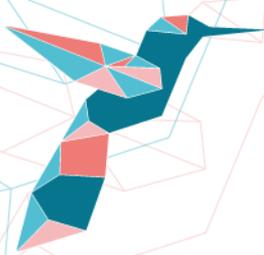
O grande embate está contido nas últimas palavras da estrutura conceitual, realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Ao longo da história, as políticas culturais não privilegiaram a voz da sociedade, não reconheceram a urgência de novos enfoques, não promoveram a descentralização dos bens e produção cultural, não promoveram a universalização do acesso à cultura, tampouco incluíram uma gestão participativa em seus setores (MORAES, 2009). Trataremos nesse momento as políticas públicas, principalmente, sob o foco cultural, devido ao grande apoio recebido nessa instância e pelo seu conceito abarcar amplas variáveis. A cultura, no atual trabalho, deve ser entendida dentro de um amplo sentido etnográfico, associado ao pensamento de Edward Tylor (1871) e Clifford Geertz (1978). Ela pode ser entendida como um complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (LARAIA, 2004).

Ao adentrar esse universo, torna-se importante registrar alguns marcos relevantes que serviram de pilares para o novo entendimento da cultura como um patrimônio, como bem de extrema importância para construção da identidade de uma nação. Essa percepção foi sendo organizada gradativamente, e se a cultura passa a ser enquadrada como peça importante na estrutura nacional, é natural então que surjam políticas de fomento e preservação.

Uma ação pioneira na trajetória das políticas culturais, foi anteprojeto apresentado por Mário de Andrade, criando o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, em 1936. Esse pode ser considerado como um dos pontos de partida para a valorização e o entendimento da arte e da cultura como um bem a ser preservado e organizado. Contudo, até a década de 70, o entendimento de arte e cultura estava amplamente associado a um elitismo e às concepções eruditas. Apesar de alguns intelectuais, como o sociólogo Gilberto Freyre, já terem sinalizado, de forma germinativa, um alerta profundo relacionado à temática. (CHAGAS, 2009).

No entanto, somente no final da década de 70 algumas iniciativas promoveram certa rotura com esses padrões culturais elitistas. A valorização da arte erudita, das obras valiosas e dos grandes monumentos flexibiliza-se e dá espaço para a inclusão de antigas tecnologias, artesanatos, festas, materiais etnográficos, arte popular, religiões populares e outros (VASSALLO, 2008).

No trabalho de Simone PondéVassallo (2008) intitulado: “O registro da Capoeira como patrimônio imaterial: novos desafios simbólicos e políticos”, a autora ilustra a mudança de mentalidade, frisando um oportuno pensamento trazido por Le Goff (2003), denominado



“dilatação da memória histórica”, que seria o valor testemunhal de certas práticas, que as converte em monumentos históricos. O valor cultural é entendido além de um alcance material, devendo os “testemunhos do passado” serem valorizados pelos seus saberes e possibilidades de discursos históricos concentrados na sua estruturação.

Essas iniciativas, ajudaram a abrir espaços e precedentes a outras, pois ajudaram a romper, de certa forma, com certos paradigmas rígidos no entendimento cultural. E, com o fim do Regime Militar, ocorre também um fortalecimento do movimento social, e acontecem reivindicações no campo da cultura, que passa a ser entendida não apenas como entretenimento, mas também como veículo de cidadania e protagonismo social. E apesar de certas transformações, até meados da década de 80 a relação da cultura popular com o poder público poderia ser vista sob duas perspectivas fundamentais, como observou Luiz Renato Vieira (2012): “uma relacionada à identificação dos traços do passado que deveriam ser superados por uma cultura ‘moderna’ e outra relacionada à folclorização ou apropriação estereotipada de traços supostamente identificadores do ‘caráter nacional’” (VIEIRA. L, 2012, p. 136).

Certo é que demasiado tempo se passou até que o Estado brasileiro entrasse em sintonia com as noções de cultura, em um sentido mais amplo e significativo. Fomentado mundialmente por intermédio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), as diretrizes podem ser observadas em um de seus documentos:

Em seu sentido mais amplo, a cultura pode, hoje, ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 1982).

A UNESCO, por meio de seus posicionamentos, serve de influência para a organização do texto constitucional brasileiro. Em 1988, a Constituição Federal Brasileira trata, pela primeira vez, da questão do patrimônio cultural imaterial, inserindo a temática de forma definitiva na agenda governamental, como pode ser verificado no artigo 216:

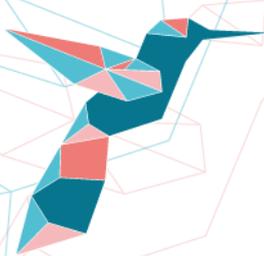
Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

O artigo constitucional marca o importante momento do ingresso da questão do patrimônio cultural imaterial na agenda governamental. O destaque do texto se deve, principalmente, pelo entendimento do intangível como patrimônio no que diz respeito às manifestações culturais envolvendo visões de mundo, saberes, práticas, relações sociais e simbólicas e experiências associadas às identidades dos grupos humanos que compõem a sociedade brasileira, e ao longo dos anos, o texto constitucional sofre ampliações e emendas(VIEIRA. L, 2012).

Apesar do respaldo constitucional, muito pouco se percebeu em termos práticos com relação à cultura e o patrimônio imaterial. Pode-se dizer que somente a partir do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que algo consistente acontece. Nesse momento, foi instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro. O decreto apresenta efeito norteador para o Ministério da Cultura que por intermédio do IPHAN monta seu plano de ação.



O programa Nacional do Patrimônio Imaterial, dá início a diversas providências como: projetos de identificação e reconhecimento dos patrimônios; salvaguarda e promoção da dimensão do patrimônio imaterial; fomento de parcerias com instituições dos governos federal, estadual, municipal, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento.

O art. 1º, § 1º do Decreto em questão determina como deve ser feito o registro, dividido em quatro livros, da seguinte forma:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Contrariando, de certa forma, as estratégias de fusão para promoções dominadoras, percebidas no universo empresarial, industrial, comercial, esportivo e cultural, pautadas quase que exclusivamente pela intenção dominadora do poder financeiro, a cultura nacional é convocada a um novo olhar, influenciada por sinalizações oriundas desde Mário de Andrade (1936) e reforçada por intelectuais e por organismos internacionais como a UNESCO⁷.

A questão pode ser tratada retomando a abordagem clássica de Marcel Mauss (2006), relacionada ao conceito de “fato social total”. Apesar de o foco específico estar relacionado à cultura, a mudança de mentalidade descortina dimensões políticas, históricas, econômicas, simbólicas, geográficas e outras (VIEIRA. L, 2012).

A preservação começa a ser tratada com um novo sentido, já que a utilização do termo “registro” difere de “tombamento” não somente terminologicamente, mas por ser também um conceito mais flexível. No novo conceito, o que importa é verificar além das permanências,

⁷ Para saber mais a respeito do posicionamento da UNESCO ao longo da história, verificar o trabalho de João Batista Lanari, intitulado: **Proteção do Patrimônio na UNESCO: ações e significados**, publicado pelo escritório da UNESCO no Brasil em 2003.



verificar também as transformações inevitáveis, afastando assim tentativas de congelamento das práticas a significados e funções de contextos passados (VASSALLO, 2008).

Entra em pauta nesse momento o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Após convenção realizada pela UNESCO em 2003, o entendimento de patrimônio imaterial e a sua forma de tratamento vão se solidificando. Dentro desse entendimento, um divisor de águas, relacionado à capoeira, acontece em 2004, por intermédio do então Ministro da Cultura Gilberto Gil.

O DISCURSO DO MINISTRO GIL EM GENEBRA

Desde o início de sua gestão, em janeiro de 2003, o Ministro Gil elegeu, como prioridade, as políticas públicas voltadas para as culturas populares. Desta maneira, “a capoeira, após séculos de repressão, torna-se símbolo da resistência das camadas populares e da diversidade cultural brasileira” (VIEIRA. L, 2012, p. 143).

A prioridade descrita não se deu ao acaso. Desde a organização do processo eleitoral em 2002, uma série de iniciativas foram tomadas, como se pode observar na citação de Moraes (2009):

Durante o processo eleitoral, em 2002, militantes, artistas, intelectuais e profissionais da área da cultura, reuniram-se em Grupos de Trabalho (GT) temáticos e ofereceram importantes reflexões e propostas para o candidato majoritário. O GT responsável pelo tema da Cultura ousou apresentar propostas que implicariam em modificações profundas no campo (MORAES, 2009, p.59).

Em 2004, o Ministro Gil realiza discurso em Genebra, dando ampla dimensão às suas ideias, em uma convenção das Nações Unidas em homenagem a Sérgio Vieira de Mello. Brasileiro e embaixador da ONU, Sérgio foi morto em 2003 em um atentado em Bagdá, juntamente com mais 22 pessoas. Todos os mortos eram funcionários da ONU em missão de paz. O universo da capoeira e o mundo foram convidados a olhar para ela com mais profundidade, quando o Ministro discursou para as lideranças globais citando a arte como um exemplo brasileiro de tolerância e aceitação. A capoeira foi convocada a reafirmar suas



virtudes. Ela já estava inserida em mais de 150 países, dialogando com as diversas culturas mundiais, nos mais variados contextos e na mais perfeita paz.

Dentro desse contexto nos disse Gil:

O nosso país celebra a arte do encontro, da resistência cultural e da fraternidade. É por isso que trago hoje à ONU capoeiristas de todo o mundo para homenagear a Sérgio Vieira e seus companheiros e companheiras... Capoeira é atitude brasileira que reconhece uma história escrita pelo corpo, pelo ritmo e pela imensa natureza libertária do homem frente à intolerância... Os afro-brasileiros souberam transformar a violência em camaradagem, envolvendo dança, ritmo, canto, toque e improvisação. A capoeira é uma afirmação existencial do povo negro no contexto do escravagismo e do racismo de dominação presente em momentos diversos da sociedade brasileira. No jogo de gingas e na mandala da roda de capoeira está a história do povo negro na diáspora (discurso: GIL, 2004).

O Ministro declarou que, a partir de então, o Ministério da Cultura reconheceria essa prática “como ícone da representatividade do Brasil perante os demais povos”. Gil entendia a ação como uma “reparação histórica a esta manifestação dos africanos escravizados no Brasil”. A cultura brasileira, diversificada e plural, exemplificou ao mundo a tolerância proveniente de um povo miscigenado. E a capoeira trouxe a representatividade de um verbo conjugado por pessoas diversas, desde a sua origem, passando por tempos e modos distintos.

A cultura estava sendo utilizada como um mediador, como o instrumento facilitador para as devidas mudanças. Gil pontuou que o entendimento cultural proposto seria agente para proporcionar tais mudanças, capaz de produzir reflexões e superar as desigualdades e o desentendimento entre os povos, superando desníveis e contradições (VASSALLO, 2008).

Pode ter parecido desafiador, mas a verdade é que Gil propôs uma horizontalização nas relações entre os povos, calcadas na mestiçagem étnica brasileira e na construção de uma identidade cultural diversificada, mas harmoniosa. O Brasil encarnava o estereótipo do país da tolerância e da convivência de opostos, e servia de exemplo de pacifismo ao mundo, em momento de amplos conflitos étnicos acirrados pelos continentes afora.



A capoeira encaixou-se como uma luva, exemplificando na prática o discurso proferido. Ela se torna uma metáfora do Brasil e da nossa cultura, aquela que abarca todas as diferenças e aponta para a sua superação pacífica (VASSALLO, 2008). E assim deu continuidade Gil: “o humanismo é a raiz da capoeira. Ela educa, ensina o respeito, dá sentido à mente e ao corpo, cria autoestima nos seus praticantes – dá sentido à vida do seu povo” (GIL, 2004).

As promessas do então Ministro demandariam grande articulação entre os Ministérios das Relações Exteriores, Educação e Cultura em conjunto com a Previdência Social. Dentro desse ideal, a partir de 2006 uma série de medidas foi evidenciada de maneira mais consistente.

UM NOVO OLHAR SOBRE O POPULAR: CULTURA VIVA, PONTOS DE CULTURA E GRIÔS

Em 2005, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em sua 33ª reunião, celebrada em Paris afirma: “A diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade, ciente de que a diversidade cultural constitui patrimônio comum da humanidade, a ser valorizado e cultivado em benefício de todos” (CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO, 2007, p. 1).

A convenção tratou a respeito da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais e o texto oficial foi ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 485/2006. O Brasil abraça essa mobilização internacional, que ganhou corpo desde a Declaração do Milênio das Nações Unidas ONU (2000), que destacou a necessidade de incorporar a cultura como elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais, bem como a cooperação internacional, com sua ênfase na erradicação da pobreza.

Ainda no mesmo ano de 2005, é criado o programa Cultura Viva, regulamentado por meio das Portarias nº 156, de 06 de julho de 2004, e nº 82, de 18 de maio de 2005, do Ministério da Cultura. O programa é executado pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC/MinC). O programa apresenta seu funcionamento por meio de financiamentos do Governo Federal e de parceiros públicos, privados, convênios, bolsas e prêmios concedidos por intermédio de chamamento público. A ideia principal estava no



incentivo e na valorização de atividades culturais, ampliando o acesso aos meios de produção e ampliando os serviços culturais desenvolvidos por certos grupos e comunidades. Esses grupos detentores e irradiadores da cultura seriam denominados Pontos ou Pontões de Cultura.

Segundo dados do Minc (2013), “de 2004 a 2012 foram fomentados 3.662 Pontos de Cultura em todo país, dos quais 3.034 já foram conveniados”. Dentre os principais objetivos do programa destacam-se os seguintes itens:

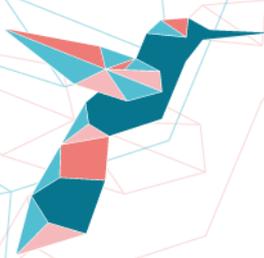
- Reconhecer iniciativas e entidades culturais;
- Fortalecer processos sociais e econômicos da cultura;
- Ampliar a produção, fruição e difusão culturais;
- Promover a autonomia da produção e circulação cultural;
- Promover intercâmbios estéticos e interculturais;
- Ampliar o número de espaços para atividades culturais;
- Estimular e fortalecer redes estéticas e sociais;
- Qualificar Agentes de Cultura como elementos estruturantes de uma política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura (BRASIL, 2013).

Os pontos de Cultura não apresentam modelos únicos, tampouco precisam ter instalações físicas ou programação detalhada de atividades. A ideia é aproximar os divulgadores da cultura (sociedade civil) do poder público, no intuito de criar uma transversalidade cultural, criando aspectos comuns por intermédio de uma gestão compartilhada.

A possibilidade de adesão aconteceu na forma de editais, lançados pelo Ministério da Cultura, governos estaduais ou prefeituras. Seguindo os moldes do Programa Cultura Viva, é criado, também pelo Minc, o projeto Capoeira Viva no ano de 2006. O projeto confirma uma política pública própria para a capoeira, até então inexistente no cenário nacional. O intuito era valorizar e promover a capoeira como patrimônio cultural brasileiro por meio de ações concretas.

Entendendo a capoeira como um dos vetores da formação cultural brasileira, organizaram-se três linhas de ação para recebimento de apoio financeiro⁸, listadas da seguinte

⁸ O regulamento do projeto capoeira viva pode ser analisado em sua íntegra por meio do endereço eletrônico: http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/03/capoeiraviva2006_regulamento.pdf.



forma: ações socioeducativas; acervos documentais; e incentivo à produção de pesquisa, inventários e documentação histórico-etnográfica sobre a capoeira.

Foi organizada ainda outra categoria de apoio denominada “galeria dos mestres”. Seriam escolhidos 50 mestres que receberiam bolsas, pelo reconhecimento de suas histórias de vida, por sua participação na preservação da capoeira e pela formação de outros mestres. Criou-se um Conselho de Mestres, reconhecido pela comunidade capoeirística para indicar e julgar os candidatos.

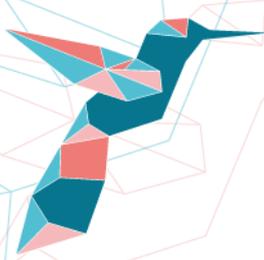
O projeto Capoeira Viva visou ainda organizar seminários nacionais para socializar informações e articular o saber popular dos mestres aos estudiosos da capoeira que difundem seus conhecimentos na área educacional, artística e patrimonial, dando subsídio para as políticas públicas para a capoeira. Essa percepção, entendendo o saber dos mestres da cultura como um bem a ser cuidado e preservado para as futuras gerações, foi além da capoeira. A ideia ganha corpo, e em 2006 uma proposta é apresentada ao Minc. O ponto de Cultura Grãos de Luz e Griô da Bahia apresenta ao programa Cultura Viva um projeto denominado Ação Griô Nacional⁹.

O termo Griô é um abasileiramento do termo “Griot”, que, por sua vez, relaciona-se ao universo da tradição oral africana. Segundo dados do portal da lei Griô, pode-se entender a terminologia da seguinte forma:

Griô é uma corruptela da palavra “Creole”, ou seja, Crioulo, a língua geral dos negros na diáspora africana... O termo griô tem origem nos músicos genealogistas, poetas e comunicadores sociais, mediadores da transmissão oral, bibliotecas vivas de todas as histórias, os saberes e fazeres da tradição, sábio da tradição oral que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundado na oralidade, onde o livro não tem papel social prioritário, e guardam a história e as ciências das comunidades, das regiões e do país (<http://www.leigrionacional.org.br/o-que-e-gri/>)

O projeto foi aceito pelo Minc e envolveu grande mobilização, transformando alguns pontos de Cultura em projetos pedagógicos de diálogo entre a tradição oral e a educação formal. Foram registrados mais de 700 Griôs e mestres, envolvendo 600 Pontos de Cultura,

⁹ As principais informações relacionadas a ação Griô e a organização da lei relacionada pode ser encontrada no endereço eletrônico: <http://www.leigrionacional.org.br>



além de abarcar escolas, entidades de educação e cultura e cerca de 130 mil estudantes de escolas públicas.

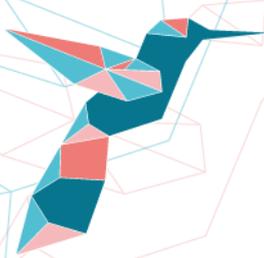
Essa conjuntura estimulou uma ampliação nas ações do programa Capoeira Viva. Foi organizado, então, um grupo de trabalho que auxiliou na organização de um inventário para registro da capoeira como bem imaterial. A organização do dossiê, contou com ação de diversos profissionais em uma equipe multidisciplinar envolvendo as seguintes universidades: UFRJ, UFF, UFBA e UFPE, sob a supervisão do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) e do IPHAN (VASSALLO, 2008).

Segundo os estudos de Vieira (2012), evidenciou-se que as pesquisas prévias que antecederam o registro da capoeira aconteceram da seguinte forma:

As pesquisas foram realizadas no Rio de Janeiro, em Salvador e no Recife, cidades consideradas “matrizes da capoeira brasileira”. Dessa forma buscou-se registrar os saberes relacionados à capoeira em sua totalidade, na forma de suas escolas tradicionais (Angola e Regional) e em suas múltiplas expressões no cenário contemporâneo (VIEIRA. L, 2012, p. 143-144).

Na preparação do dossiê foi organizado pelo IPHAN um levantamento também no que diz respeito a ações de apoio do poder público para a capoeira, anteriores ao momento atual e que ocorreram de forma mais expressiva.

Toda essa organização e mobilização levaram a roda de capoeira e o saber dos mestres ao registro de patrimônio imaterial da cultura brasileira. Políticas de apoio e fomento surgiram por meio de editais, criando esperanças em alguns representantes, e desconforto em outros. A capoeira segmentada e multifacetada polemizou, mostrando o quão complexo é montar políticas públicas em ambiente tão diversificado. Após a passagem dos então Ministros Gil e Juca Ferreira, pela pasta ministerial da cultura, toda essa mobilização praticamente parou, levando os capoeiristas a entender o momento como uma ação governamental isolada e não uma política de Estado. Entretanto o momento trouxe também grande oportunidade reflexiva, muitas discussões ocorreram entre os capoeiristas que queriam provar a necessidade de receber apoios exclusivos, por meio de um enquadramento relacionado à sua vertente. Ou seja, o diálogo e o formato de relação com o governo deveria atender expectativas pessoais. Para alguns, o apoio governamental deveria atender de forma prioritária as escolas tradicionais, outros pediam para seguir o modelo das federações, outros vislumbravam o



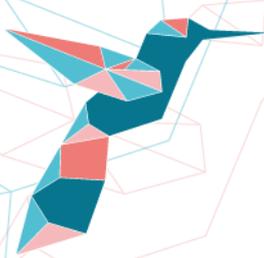
contexto esportivo e olímpico, outros queriam abarcar todas as formas de capoeira no processo, entendendo a diversidade como virtude, outros não dialogaram, pois não aceitavam receber atenção igual aos demais, entendendo sua capoeira como a estrutura primária entre as restantes. Assim a estética e a formação gestual construíram o grande embate. A discussão entre os líderes da capoeira não alcançou, por exemplo, qual o propósito das diversas intervenções, a relevância e o contexto social onde as diferentes iniciativas estavam inseridas. Tampouco foi medida, entre as lideranças, a utilização da arte luta e a sua capacidade histórica e filosófica como ferramenta formativa e educacional.

Assim vejo também a Educação Física em um processo similar de difícil diálogo entre as áreas biológicas e sociais entre intelectuais e professores de shorts e apito, entre os que estão à beira de uma piscina, trabalhando no ensino especial enquanto outros se encontram de paletó. O processo de valorar uma área em detrimento a outra, pautado por parâmetros estéticos frágeis é corriqueiro e danoso. Talvez, verificar, o que cada um, a sua forma possui como capacidade e potencial de educar e direcionar as potencialidades individuais, buscando virtudes, lapidando enganos e desacertos fosse o melhor caminho. Esse trabalho evoca um apelo ao mestre, aos docentes, seja na capoeira ou na Educação Física, que reflitam sobre sua principal função, que jamais percam a missão de servir a sociedade, fugindo de processos egóicos e dando as novas gerações instrumentos para a transformação. A busca por respeito e legitimação social exige ação estratégica e clareza em relação às diretrizes da função que exercemos, exige clareza e objetividade na missão de formar cidadãos íntegros em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Acredito seja esse o caminho para que a capoeira não seja mais vista como apenas uma arte acrobática, servida como entretenimento e também a Educação Física, não mais observada como o primo mais pobre da Medicina.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Raimundo C. A de. Bimba: perfil do mestre. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1982.

_____. A saga de Mestre Bimba. Salvador: P&G – Gráfica e Editora Ltda, 1994.



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

BRASIL, Ministério da Cultura. Cultura Viva. Disponível em:
<http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/>. Acesso em : 07/10/2013.

CAMPOS, Hélio (Mestre Xáreu). Capoeira na universidade: uma trajetória de resistência. Salvador: SCT, EDUFBA, 2001.

CHAGAS, Mário. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Coleção Museu Memória e Cidadania, 2009.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS, Cidade do México, 1982. <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>. Último acesso, nov. 2013.

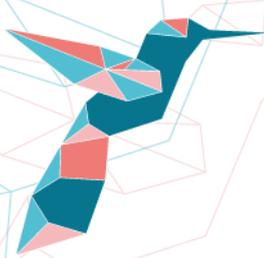
CONFERÊNCIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 33ª reunião, Paris, outubro de 2005. <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>. Último acesso, nov. 2013

FALCÃO, José Luiz Cirqueira. A capoeira na “roda” científica brasileira (1980 a 2006): panorama e perspectiva da produção stricto sensu sobre a capoeira no Brasil. In: GONÇALVES, Alanson M.T. (org.). Capoeira em perspectivas. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2012.

FILHO, Lino Castellani. A Educação Física no Brasil: a história que não se conta. 4ª edição. São Paulo: Papirus, 1994.

GIL, Gilberto, Paz no mundo. Discurso proferido em genebra em 19 de agosto de 2004. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2004/08/19/ministro-da-cultura-gilberto-gil-na-homenagem-a-sergio-vieira-de-mello/>. Último acesso 20/01/2012.

IPHAN. Dossiê: Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil. Brasília, 2007.



LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 16ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. (1ª edição: 1986).

MORAES, Nilson Alves de: Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, PPG-PMUS Unirio, v.II, n 1, p. 54-69, jan/jun de 2009.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de, LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. Capoeira Identidade e Gênero: ensaios sobre a história social da Capoeira no Brasil Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, p.17 a 55, 117 a 160, 2009.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. O mundo de pernas para o ar – A capoeira no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

VASSALLO, Simone Pondé. Capoeiras e intelectuais: a construção coletiva da capoeira “autêntica”. Estudos Históricos, n.32, p.106-124, 2003.

_____. O registro da Capoeira como patrimônio imaterial: novos desafios simbólicos e políticos. Educação Física em Revista, vol.2, n.2, 2008. <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/efr/article/view/977/841>

VIEIRA, Luiz Renato. A capoeira disciplinada: estado e cultura popular no tempo de Vargas. Revista História & Perspectivas, n.7, p. 111-132, jul/dez. 1992.

_____. A capoeira e a cultura internacional-popular. Revista Praticando Capoeira, n.18. 2002.

_____. A Capoeira e as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial: legitimação e reconhecimento de uma manifestação cultural de origem popular. In: GONÇALVES, Alanson M.T. org. Capoeira em perspectivas. Belo Horizonte, Tradição Planalto, 2012.



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

